

Audiodescrição e processos de identificação através da cultura

Felipe Leão Mianes¹

Resumo

Este artigo, vinculado aos Estudos Culturais em Educação, objetiva analisar os processos de identificação de pessoas com deficiência visual através da audiodescrição. Apresenta-se a emergência da acessibilidade cultural para pessoas com deficiência e o conceito de audiodescrição, de modo a analisar suas possibilidades como uma marca de identificação das pessoas com deficiência visual. Através de relatos dos próprios usuários, os resultados obtidos foram a compreensão da importância da ampliação do recurso para a melhoria da acessibilidade, bem como, que a audiodescrição representa um símbolo e um instrumento de inclusão e de aglutinação grupal entre as pessoas com deficiência visual.

Palavras-chave: audiodescrição, identidade e diferença, estudos culturais em educação, acessibilidade cultural

Audiodescription and process of identification through of culture

Abstract

This article, linked to Cultural Studies in Education, aimed to analyze the processes of identification of people with visual impairments through audiodescription. It shows the emergence of cultural accessibility for disabled people and the concept of audiodescription, in order to analyze its potential as an identification mark of the visually impaired. Through accounts of the users, the results were the understanding of the importance of expanding the resource for improving accessibility, and that audiodescription is a symbol and an instrument of inclusion and group agglutination among people with visual impairment.

Keywords: Audiodescription; Identity and Difference; Cultural Studies in Education; Cultural Accessibility

INTRODUÇÃO

Essa investigação está vinculada à perspectiva dos Estudos Culturais em Educação, sendo um recorte da pesquisa de Pós-Doutorado cujo enfoque é o uso desse recurso nas escolas por alunos com e sem deficiência. Seu objetivo

¹ Pós-doutorando em Educação na Universidade Luterana do Brasil (Ulbra). Doutor e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Textura	Canoas	v. 18 n.38	p. 287-302	set./dez. 2016
---------	--------	------------	------------	----------------

principal é analisar a audiodescrição como produto cultural que proporciona processos de identificação e de reivindicação do direito à diferença.

As pessoas com deficiência visual, assim como grande parte dos grupos considerados minoritários, não são sujeitos que pensam, agem e vivem de maneiras semelhantes. Embora haja uma tendência em se homogeneizar aqueles que são considerados diferentes, é preciso ressaltar que cada pessoa tem suas particularidades que a configuram sempre como diferente de todas as outras.

Por isso mesmo, ao tratarmos sobre processos de identificação é preciso sempre fazer esse alerta inicial, de que não estou me referindo a todos os sujeitos, nem mesmo pretendo categorizar ou afirmar que todos se identificam da mesma maneira.

Devo dizer desde o princípio que me vejo enredado nessa investigação por uma série de fios que me ligam a ela. Primeiro pelo fato de ser alguém com baixa visão e viver cotidianamente imerso nesse grupo, e nas suas peculiaridades. Em segundo lugar, como um pesquisador sempre atento a diferentes possibilidades de análise dentro de meu campo de pesquisas que é a deficiência visual e o acesso à cultura. Por fim, me encontro também na condição de audiodescritor consultor, já que exerço essa função há alguns anos..

Assim, feitas essas observações necessárias para (des)orientar o leitor, podemos seguir adiante, tateando a pesquisa. Se não posso prometer-lhes que ao final desse artigo encontraram um pote de ouro, ou pelo menos soluções definitivas, posso garantir que tentarei semear alguns questionamentos e outras formas de pensar sobre o tema, fazendo florescer novas possibilidades de análise sobre essas questões.

A EMERGÊNCIA DA ACESSIBILIDADE E A CULTURA COMO UM RECURSO DE REIVINDICAÇÃO PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.

A acessibilidade não é um termo e uma prática conhecida ou aplicada plenamente pela maioria da população, porém, tem entrado cada vez mais na agenda atual dos debates sobre Direitos Humanos. Apesar disso, as barreiras atitudinais e arquitetônicas seguem fazendo parte de nossa sociedade, mesmo com as diversas garantias e conquistas de direitos das pessoas com deficiência

ocorridas nos últimos anos. Portanto, a acessibilidade é algo produzido, construído em um tempo e espaço específicos.

Levar em conta que a inclusão e a acessibilidade estão na ordem das “coisas inventadas”, pode evitar que a pensemos sob o prisma da benevolência ou do altruísmo, que sem dúvida faz parte do processo, mas não é apenas isso. São ações atravessadas - e interesseiras - pelo que está posto diante das questões mercadológicas e as necessidades de aplicação dos direitos constituídos pelos grupos minoritários, por exemplo. Isso significa que existem atuando sobre os processos de acessibilidade, uma série de forças e de relações de poder que determinam os rumos e as formas de implementação desses recursos.

As definições de acessibilidade são de certa maneira uniformes, e a que mais se aplica em nosso país é a encontrada na NBR (Norma Brasileira) 9050 (2004, p 10) definindo acessibilidade como: “*Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos*”. Podemos também tomar por base a definição da Lei Brasileira de Inclusão (2015, p 2)

Acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

A acessibilidade não diz respeito apenas a questões arquitetônicas ou de mobiliário urbano, tem a ver também com questões atitudinais e de regramentos para as facilitações e adaptações de materiais e recursos para o acesso pleno das pessoas com deficiência; mais que isso, esse acesso deve se dar do modo mais autônomo possível.

Essa autonomia diz respeito à vida cotidiana, financeira e afetiva dos sujeitos. Ou seja, representam medidas para incentivar que esses sujeitos participem ativamente do mercado de trabalho, e por consequência estejam mais e mais inseridos nos mercados consumidores. Para que as pessoas com deficiência participem ativamente da sociedade como consumidoras é necessário que existam recursos que possibilitem sua formação escolar – a que

preço é outro debate -, sua circulação por diferentes ambientes culturais e também, que se identifiquem com aquilo que consomem.

Michel Foucault denomina esses novos ares que vivemos desde os anos 1980 de Neoliberalismo. Para ele, o Neoliberalismo é um alargamento do liberalismo, uma racionalidade que penetra em todas as relações sociais, na qual se intensificam as conduções das condutas dos sujeitos, que se voltam cada vez mais para si mesmos, em que Estado e mercado agem sobre os sujeitos. Na medida em que se governa mais, aqueles outrora à margem da sociedade precisam ser trazidos para o centro com a finalidade de exercer esse controle. De acordo com Foucault (2008, p 355):

No horizonte disso, na imagem, na ideia, ou no tema – programa de uma sociedade na qual haveria a otimização dos sistemas de diferença, em que o terreno ficaria livre para os processos oscilatórios, em que haveria uma tolerância concedida aos indivíduos e às próprias práticas minoritárias, na qual haveria mais uma ação sobre os jogadores do que sobre as regras do jogo.

Desse modo, criaram-se as condições para que a inclusão ultrapassasse os campos da educação e tomassem conta de uma parcela considerável do comportamento e das ações sociais. A inclusão passa a ser entendida como algo natural e inquestionável, uma estratégia – até então eficaz – de controlar e conduzir as condutas dos sujeitos. Sendo assim:

Coloca-se esse outro sob um mesmo espaço para conhecê-lo, vigiá-lo e garantindo que esse outro continuará sendo outro. [...] É pelo fato de colocar ordem no que outrora se considerava caos que a inclusão se tornou um imperativo, necessário, bom e correto em si mesmo. Por isso, é tida como algo natural, não mais uma invenção. A necessidade de inclusão se daria desde sempre, nos cabe fazer as políticas públicas para sua efetivação. (VEIGA-NETO, 2008, p. 15).

Nessa mesma perspectiva, é possível verificar que essa estratégia de possibilitar que a maioria dos sujeitos participe da vida social atinge também outras esferas como a cultura, por exemplo. Tem ocorrido com cada vez mais frequência e intensidade a utilização da cultura como um instrumento de inclusão e justiça social para com os grupos considerados minoritários.

Para os Estudos Culturais, a cultura é compreendida como diferentes modos de vida e práticas de uma sociedade e/ou de determinados grupos sociais. Entendida também como um cenário de lutas por significações. Dada

sua tendência a reivindicações políticas e tendo nos grupos minoritários um vasto campo de investigação, aos poucos, ocupou-se consideravelmente em analisar as questões culturais dos sujeitos tidos como diferentes. Assim:

Através disso buscam fazer a diferença, articulando a reflexão teórica com o cotidiano e a reivindicação política, mostrando a diferença social que a teoria pode fazer. Além disso, estudam o como e o porquê, e nem tanto “o” conteúdo (NELSON; TREICHLER; GROSSBERG, 1995, p 18)

Essa efervescência do caráter político e de reivindicação de direitos através da cultura teve uma substancial transformação nos anos 1980, quando a globalização começou a ruir fronteiras outrora tidas como sólidas, fortalecendo os processos de industrialização da cultura e a tornando parte da centralidade do jogo de mercado, o qual até então agia nas bordas. Dessa forma, construiu-se uma tríade em relação à cultura: reivindicação da diferença através da cultura, uso da cultura como fortalecimento da economia global e como um importante instrumento de coesão social. Sendo assim, a cultura:

Assume um lugar central na sociedade, torna-se mais um recurso para resolver problemas econômicos e nas indústrias culturais, bem como resolver problemas sociopolíticos como a discriminação, pois a cultura dos grupos considerados subordinados é cada vez mais um meio de reconhecimento. É identidade (para dentro) e diferenciação (para fora) (YÚDICE, 2006, p 16)

Um dos pilares através dos quais essa reivindicação emerge sob o ponto de vista cultural é a relação de consumo da diferença estabelecida pela sociedade globalizada, na qual as políticas neoliberais apresentam a cultura como possibilidade de inserção social das minorias, assim como uma forma potente de incentivo ao consumo pela e da diferença: Portanto, é preciso refletir sobre as oportunidades que surgem com essas novas possibilidades de “dar voz” aos diferentes e de promover sua inclusão através das produções culturais com acessibilidade..

Nesse cenário, a acessibilidade encontrou um terreno fértil para florescer e se expandir com relativa intensidade pelos diferentes ambientes culturais. Parte desse movimento se deve a legislação cada vez mais abrangente no que tange à acessibilidade. Em que pese a dificuldade de se fazer o cumprimento das leis no país, é evidente o avanço das medidas que determinam a existência de recursos como audiodescrição e Libras nas produções culturais brasileiras..

Assim, se é verdade que a acessibilidade cultural está longe de contemplar as necessidades dos sujeitos com plenitude, não é menos verdade que tem acontecido progressos e conquistas substanciais, como a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146) chegando a um patamar que poucos poderiam imaginar em tão curto espaço de tempo.

Sendo eu parte do público beneficiado com os recursos de acessibilidade, tenho acompanhado a questão tanto como pesquisador, audiodescritor e/ou usuário, percebo que a cada evento aumenta o público com deficiência em ambientes e produtos culturais, muito talvez por conta dos recursos acessíveis.

Esse acréscimo do consumo cultural pode garantir além de uma participação social mais efetiva, instrumentos para que as pessoas com deficiência desenvolvam outras formas de identificação grupal, assim como é o caso da audiodescrição, por exemplo, algo que trataremos na seção seguinte se o leitor ainda estiver desejoso de continuar comigo nessa jornada.

PROCESSOS DE IDENTIFICAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL E A AUDIODESCRIÇÃO.

Atualmente, escolher suas identidades se tornou um processo em que há grande liberdade de opções de acordo com nossas necessidades ou possibilidades. Isso acontece também porque a globalização tem permitido que um leque cada vez maior esteja à nossa disposição, cada qual com sua dose de peculiaridades, tendo uma série de alternativas promovidas pelos mercados cada vez mais globais e ampliados.

É muito mais uma questão de “tornar-se” do que de “ser”, já que somos nós quem reivindicamos nossas identidades, através da qual exercemos nosso pertencimento e acolhimento naqueles grupos e situações pelas quais optamos (WOODWARD, 2000, p. 28). Escolhas essas sempre reguladas e controladas inclusive por nós mesmos:

Ninguém impede ninguém de ser o que é, e ninguém parece impedir ninguém de ser diferente do que é. A identidade parece uma questão de escolha e resolução, e as escolhas devem ser respeitadas e a resolução merece ser recompensada. [...] A construção da identidade é um processo sem fim, e para sempre incompleto (BAUMAN, 2003, p. 58-9).

Não se pode também cair no “canto da sereia” e crer que as identidades irão promover a “salvação” ou a “redenção” dos sujeitos considerados

diferentes. Seu caráter transitório e movediço faz com que seja preciso entendê-la como uma grande ponte de cordas, que balançam e parecem sempre instáveis, e não como a segurança do fim do percurso, conforme muitos a tomam. Para isso, os olhares voltam-se para a constituição e o reconhecimento dos direitos de cada sujeito a ser diferente. Assim:

O reconhecimento da diferença cultural não é o final, mas o começo, um ponto de partida de um largo processo político, cujos resultados talvez não estejam de todo claros, mas que é útil e inclusive benéfico para todas as pessoas envolvidas, e por consequência levados adiante (BAUMAN, 2013, p. 56) [tradução minha]

Por isso tudo, a diferença está na ordem do dia, faz parte das práticas discursivas atuais, seja em suas intencionalidades ou nas resistências e ações inesperadas de que a fluidez da diferença é capaz. Ela se movimenta e se mantém por si mesma, sem que se possa aprisionar em concepções cerradas (SILVA, 2000, p. 66).

Dentre muitas das ferramentas utilizadas para as reivindicações identitárias e de direito ao acesso cultural, destaco aqui a audiodescrição como uma das mais potentes e aquela que atinge diretamente às pessoas com deficiência visual, público-alvo principal desse recurso..

A audiodescrição ainda é um recurso pouco conhecido pelo público em geral e até entre algumas pessoas com deficiência visual. As primeiras experiências de narração e descrição de imagens foram feitas nos Estados Unidos Com Gregory Frazier, mas passou a ser produzidas mais amplamente apenas na década seguinte, quando foi utilizada para a descrição de filmes, peças de teatro e museus. Nessa mesma época passou a ser usada também na Europa e no Japão (FRANCO; SILVA, p. 24).

No Brasil, as primeiras pesquisas e trabalhos sobre audiodescrição foram realizados pela professora Bell Machado em Campinas, no ano de 2000. Nos anos seguintes foram muito pontuais os produtos audiodescritos, até cerca de três ou quatro anos atrás, quando começaram a aumentar substancialmente as produções culturais que contam com audiodescrição. Para debatermos sobre seus efeitos, é necessário dizer o que ela é. Assim, a audiodescrição:

Transfere imagens da dimensão visual, por meio de informação verbal e sonora, ampliando, desta forma, o entendimento e provendo o acesso à informação e à cultura, possibilitam que pessoas com deficiência visual assistam a peças de teatro,

programas de TV, filmes, exposições e outros, em igualdade de condições com as pessoas que enxergam, o que nos remete a ideia de acessibilidade cultural. A audiodescrição assim, amplia o entendimento não só das pessoas com deficiência visual, como também de pessoas com deficiência intelectual, com dislexia e pessoas idosas (MOTTA, 2010, p 68).

Qualquer imagem pode ser descrita, o que muda é a forma de descrevê-la conforme as especificidades de cada produto, a finalidade e o público para o qual se destina. O que significa que não se trata de tradução neutra ou literal – mesmo porque isso talvez nem exista -, mas é feita levando em conta a cultura e as peculiaridades daqueles que a produzem e para os usuários a quem se destinam.

Ainda que não haja regulamentação específica no Brasil, esse recurso de acessibilidade tem diversas vertentes e formas possíveis de ser realizado, embora existam algumas convenções comuns entre a maioria dos audiodescritores brasileiros e estrangeiros, como descrever o que aparece na imagem sem expressar opinião ou juízo de valor, ou seja, sem fazer afirmações que não fazem parte da imagem. Outra regra comum à maioria dos audiodescritores é não sobrepor a audiodescrição aos diálogos e demais ruídos que façam parte do filme. A audiodescrição requer um trabalho praticamente artesanal, e que se recomenda que seja feito em equipe, pois existem funções bem específicas.

Em uma equipe de audiodescrição há o roteirista, aquele que descreve as imagens e as transforma em palavras. Temos também o revisor/consultor, que necessariamente é alguém com deficiência visual, que dará seu parecer sobre a qualidade da descrição, se esta contempla as necessidades da maioria dos sujeitos cegos e com baixa visão, dizendo se falta ou se há informação em excesso. Por fim, temos o narrador, que é aquele que fará a leitura do roteiro da audiodescrição. Essa é uma explicação muito resumida, dado que existe uma série de detalhes, critérios e diretrizes que os audiodescritores devem seguir.

Há ainda poucos trabalhos acadêmicos sobre audiodescrição feitos no Brasil. Em consulta ao Portal de Periódicos da Capes (<http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#/> acessado em 03/07/2016), o meio mais utilizado para buscas de teses e dissertações no Brasil, ao buscar pela palavra “audiodescrição” foram encontrados 32 resultados (dos quais pelo menos 10 apenas citavam-na sem pesquisarem de fato sobre o tema), dos quais podemos destacar: Costa (2014), Olegário (2015) e Vergara-Nunes (2016). Os

três de diferentes áreas e perspectivas teóricas, sendo que os dois últimos enfocam a percepção dos sujeitos com deficiência visual sobre o recurso e suas possibilidades de uso.

A maioria dos trabalhos enfoca a produção da audiodescrição, a construção dos roteiros e as escolhas tradutórias feitas pelos audiodescritores, sendo a maior parte das pesquisas voltadas para os estudos sobre Linguística. Assim, foi possível notar até o momento uma grande lacuna no que diz respeito aos estudos sobre as percepções dos usuários da AD com relação ao uso do recurso e o que dele advém, como a ampliação de acesso aos espaços e produtos culturais, a autonomia que proporciona e as possibilidades que proporciona para constituir-se como uma das marcas culturais das pessoas com deficiência visual (MIANES,; 2015, p.99).

Isso deixa clara a necessidade de pesquisas sobre o uso da audiodescrição como possibilidade de identificação e uma marca cultural das pessoas cegas e com baixa visão. Para tanto, é preciso “dar voz” a esses sujeitos para que se manifestem a respeito dessa questão e possamos ter outros pontos de vista sobre o tema, nesse caso, daqueles que usufruem dessa técnica de tradução.

Nesse caso, é possível encontrar esses posicionamentos e depoimentos de pessoas com deficiência visual sobre a audiodescrição podem ser mais fartamente encontrados nos blogs que tratam do tema, onde é possível encontrar narrativas nas quais os sujeitos relatam suas experiências diante da audiodescrição. Além disso, nas redes sociais, seja no facebook ou nos grupos de Whatsapp que discutem a questão.

Um desses relatos diz respeito à primeira vez que a usuária assistiu a um espetáculo teatral com audiodescrição, ressaltando sua importância para o entendimento das produções culturais e para os processos de inclusão:

Sentia falta de alguém que pudesse me dizer que naquela esquina tinha uma casa de sucos fantásticos com quitutes muito bem feitos e fresquinhos. Novamente iria eu cair na imaginação e certamente perderia informações que fariam a diferença. [...] só foi possível me emocionar, rir e chorar em vários momentos, a partir de alguém que traduziu imagens em palavras. Me senti respeitada, incluída de fato numa sociedade que ainda exclui, mas que com ações como esta, transforma a cada dia. (Jucilene Braga, disponível em: <http://www.vercompalavras.com.br/blog/?p=173> acessado em

Esse excerto ilustra o que muitas pessoas com deficiência visual nos dizem ao final de cada sessão com audiodescrição, que além de um recurso que possibilita o entendimento e a fruição da obra artística, é um instrumento que realiza a intersecção, a inclusão dessas pessoas à sociedade, ou mais ainda, a sensação de pertencimento ao meio social, algo que ainda é um tanto difícil de acontecer.

A audiodescrição é associada diretamente associada aos seus principais usuários, que são as pessoas cegas e com baixa visão. Estes, por sua vez, também começam a tomar a AD como uma marca de identificação grupal, já que além de um símbolo da luta pelos direitos das pessoas com deficiência ela representa uma possibilidade de aglutinação em torno de um produto cultural que permite o acesso a outros tantos e que tem em comum o fato de ter na audição seu fundamento principal, o que representa a contemplação das necessidades e características desses sujeitos.

Nesse sentido, usar o conceito de marca cultural estou de acordo com a afirmação feita por Lopes e Veiga-Neto (2010, p. 119) ao dizer que:

A noção de marca quando atribuída à cultura, fundamenta seu significado tanto no que é impresso nas alteridades e nas almas dos sujeitos, quanto no que é impresso na materialidade dos seus corpos. Marcas, não são, portanto, somente traços materiais, marcas são também impressões que ao informarem como o outro nos vê, imprimem em nós sentimentos que nos constituem como sujeitos, marcados pelo outro e, por isso, diferente em relação ao outro.

De fato, há um processo de identificação com o produto audiodescrito, seja por seus efeitos de compreensão e sensações novas que causa, seja pela possibilidade de estar diante de algo que a inclui não através de algo que falta à pessoa com deficiência visual, mas por algo que contempla sua diferença.

Sabemos que apenas um recurso de acessibilidade ou sua utilização em momentos pontuais não soluciona definitivamente a questão do acesso à cultura e dos processos de identificação, já que o ideal seria que essas ocasiões fossem tão cotidianas que fosse algo natural ir a uma sessão de cinema ou exposição em museus que contem com audiodescrição, mas como ainda não chegamos nesse estágio, é fundamental demonstrarmos aquilo que as pessoas sentiram ao fazer parte de atividades que contaram com esse recurso. Assim, é evidente a satisfação de muitas pessoas sendo contempladas em suas necessidades, como é o caso do excerto abaixo:

Veja que coisa maravilhosa! Imagine você ter acesso a alguma coisa que praticamente não era acessível, no mesmo espaço e com a condição de entendimento que lhe permite discutir o espetáculo com qualquer pessoa. Foi a própria sensação da inclusão. (acessado em 10 de janeiro de 2013 <http://www.blogdaaudiodescricao.com.br/2010/05/depoimentos-de-quem-assistiu-...>)

A audiodescrição não se restringe ao acesso a produções artístico-culturais, pode ser utilizado em inúmeras ocasiões para permitir o acesso das pessoas com deficiência visual em todas as esferas possíveis. Já foram feitas audiodescrições de ultrassonografias de bebês, partos, aniversários e casamentos, como é o caso do relato abaixo, em que os noivos e alguns parentes são cegos, e puderam desfrutar do que havia de visual na cerimônia e na festa por conta do recurso, e de acordo com o Willian, o noivo:

A audiodescrição para as pessoas deficientes visuais é algo absolutamente necessária, pois aumenta muito as percepções e entendimento do evento. Tive a honra de ter este recurso em meu casamento e posso garantir que ficou mais especial, pois os convidados presentes com deficiência visual tiveram seu respeito preservado ao acesso às informações visuais que um evento desta natureza possibilita e assim detalhes como os enfeites da igreja, os trajes dos noivos e padrinhos, presenças de conhecidos, os detalhes da arquitetura do Palacete onde foi o Buffet, detalhes de piso, lustres e vitrais e a cada momento poder compartilhar com todos a mesma emoção (acessado em 13 de Janeiro de 2013 www.vercompalavras.com.br)

Ter conhecimento do vasto manancial de possibilidades oferecido pela audiodescrição é algo fundamental para que seu público-alvo conheça o recurso e passe a usufruir dele em diferentes situações. Numa sociedade onde o mercado se confunde com as nossas condutas e com nossas reivindicações de direitos, talvez seja interessante que pessoas cegas e com baixa visão passem a frequentar os mais diferentes ambientes para demonstrar as dificuldades existentes.

Muitas vezes por circunstâncias particulares ou outro motivo, as pessoas com deficiência deixam de ir aos espaços culturais diante dos problemas e inconvenientes causados pela falta de acessibilidade e de entendimento de muitas pessoas sobre as suas especificidades. Às vezes me questiono se essa é a melhor saída, ou se não seria mais produtivo circular pelos locais e demonstrar que há dificuldades e pessoas com necessidades que não são atendidas? Essa é uma pergunta que continuará em aberto para que muitos debates sejam feitos em torno de diferentes opiniões. Nesse sentido:

Sinto, todavia, que também temos que fazer a nossa parte, enquanto pessoas com deficiência e que necessitam desse recurso. Precisamos ir ao cinema, ir ao teatro, cobrar dos diretores e organizadores que contemplem, em seus trabalhos, o recurso da audiodescrição. Só assim seremos notados enquanto potenciais clientes dos materiais produzidos. (acessado em 30 de janeiro de 2013 <http://www.leondeniz.com/2012/04/16/audiodescricao-recurso-fundamental-de-acessibilidade/>)

Exemplo disso, é que no dia 2 de março de 2013, houve uma sessão com audiodescrição de *Colegas – o Filme*, em uma sala de cinema comercial na cidade de Porto Alegre. Foi a primeira ocasião em que um filme teve audiodescrição em uma sala comercial no dia de sua estreia nos cinemas. A sessão teve os duzentos lugares esgotados, e pouco mais da metade da sala fez uso do recurso da audiodescrição.

Após o filme, os usuários ficaram muito satisfeitos e emocionados por poderem compartilhar daquele momento. Mas, o comentário do responsável pela empresa promotora do evento me chamou a atenção, ao refletir que todas aquelas pessoas estavam consumindo algo no local depois da sessão, e como os gestores ainda não perceberam que aquele era um “mercado” a ser conquistado.

Não desfaço nem exalto o valor mercadológico da questão, mas, foi possível notar que naquele momento ficou evidente que a acessibilidade mais do que um benefício, pode ser uma forma de se alcançar e de fidelizar o público com deficiência. E isso só foi possível diante da considerável quantidade de pessoas com deficiência que estiveram presentes no evento. Não acho que as questões de mercado devam ser esquecidas, nem que devam tomar a frente nos debates, mas deve ser considerada como algo importante, e como um potente instrumento para que possam reivindicar mais e mais eventos com audiodescrição.

Por outro lado, percebi que dentre tantas pessoas com deficiência visual, muitas se conheciam e tinham laços de amizade, fazendo daquele momento um encontro em que puderam confraternizar e se divertir, antes e depois da exibição do filme. Diversas pessoas cegas e com baixa visão conheceram-se naquele dia, conversaram e até combinaram de se encontrar outras vezes dali em diante.

Assim, além da identificação que acontece do usuário de audiodescrição com o produto que conta com o recurso, pelo fato de contemplar suas necessidades para ter acessibilidade, é preciso destacar que a audiodescrição representa uma vinda possibilidade de inserção cultural que proporcione informação e emoção.

Mais que isso, seja um instrumento de identificação na medida em que possibilita autonomia à pessoa com deficiência visual, o que configura uma sensação de liberdade e de possibilidades que outrora não existia de demonstrar que cegueira ou baixa visão podem ser compreendidas não por aquilo que falta, mas a partir daquilo que tem de possibilidade.

De acordo com Mianes (2015), é importante ter em conta também que essas marcas de identificação permitem também que os sujeitos cegos e com baixa visão reivindiquem seu direito à diferença através de suas marcas de identificação, como a audiodescrição, por exemplo.

As oportunidades que existem para que se possa desfrutar da audiodescrição, principalmente nos eventos públicos, são também pontos de encontro e conagração de parte do grupo das pessoas com deficiência visual. São ocasiões em que as pessoas ali presentes se identificam umas com as outras, debatem sobre temas próprios as suas realidades, suas dificuldades, potencialidades e momentos de diversão. Proporcionam sensações de pertencimento, de estar entre os seus, algo ainda pouco comum para boa parte das pessoas cegas e com baixa visão.

CONSIDERAÇÕES (QUASE) FINAIS

Não tenho muito apreço pelas considerações finais, primeiro por ser um momento de despedida do leitor, o que para este que escreve é sempre um momento difícil. Além disso, não entendo que eu possa em tão poucas linhas finalizar uma discussão, pois, quanto mais argumentos apresentamos, mais questionamentos surgem.

Analisei de que modo a busca por novos mercados a partir da consolidação do neoliberalismo, do imperativo da inclusão e da cultura como recurso para reivindicação de direitos das minorias possibilitaram a emergência da acessibilidade para as pessoas com deficiência. Através desses recursos, passam a contar com uma série de regras e legislações que obrigam as instituições a contemplarem suas especificidades seja em âmbito arquitetônico, estrutural ou atitudinal.

Da mesma forma, apresentei como exemplo o recurso da audiodescrição, e de que modo ela pode atuar também como um instrumento nos processos de identificação grupal por pessoas cegas e com baixa visão. As pessoas com deficiência visual se identificam como grupo através de diversos traços, sendo a audiodescrição um deles, seja pelo fato de reunir muitos de seus membros em programas culturais, seja por tornar as produções culturais acessíveis.

Seja como for, ainda há muito a investigar no campo dos processos de identidade das pessoas com deficiência visual, bem como de que modo a audiodescrição exerce seu papel nesse cenário. Além disso, mais do que uma pesquisa de recepção dos usuários do recurso, o que pretendi aqui, foi verificar para além do entendimento e sensações que as obras proporcionam, e sim, debater sobre como o uso e a ampliação do recurso tem permitido mais acesso à cultura e a novas possibilidades de construção de outros modos de identificação. Então, ainda que tentado ir adiante e dar mais alguns passos nesse longo caminho, afinal, pesquisar é preciso...

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *Normas Brasileiras 9050*. Rio de Janeiro: ABNT; 2004

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Zahar; 2003.

_____. *La cultura en el mundo de la modernidad líquida*. Madrid: FCE; 2013

BRASIL, Presidência da República. *Lei 13,146 (Lei Brasileira de inclusão da pessoa com deficiência – Estatuto da pessoa com deficiência)*. Brasília: Presidência da República; 2015

COSTA, Larissa Magalhães. *Audiodescrição em filmes: história, discussão conceitual e pesquisa de recepção*. 2014 Rio de Janeiro. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em estudos de linguagem. 2014

FOUCAULT, Michel. *O nascimento da biopolítica: Curso do Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes; 2008

FRANCO, Eliana Paes Cardoso; SILVA, Manoela Cristina Correia Carvalho da. Audiodescrição: breve passeio histórico. In: MOTTA, Livia Maria Vilella

de Mello; ROMEU FILHO, Paulo (org). *Audiodescrição – transformando imagens em palavras*. São Paulo: Secretaria dos Direitos das Pessoas com Deficiência do Estado de São Paulo; 2010

LOPES, Maura Corcini; VEIGA-NETO, Alfredo. Marcadores culturais surdos. In: LOPES, Maura Corcini; VIEIRA-MACHADO, Lucyenne Mattos da Costa. *Educação de surdos: políticas, língua de sinais, comunidade e cultura surda*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC; 2010

MIANES, Felipe Leão. *Marcas de identificação de pessoas com deficiência visual em narrativas autobiográficas*. 2015. Porto Alegre. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Educação. 2015

MOTTA, Livia Maria Vilella de Mello. A audiodescrição vai à ópera. In: MOTTA, Livia Maria Vilella de Mello; ROMEU FILHO, Paulo (org). *Audiodescrição – transformando imagens em Palavras*. São Paulo: Secretaria dos Direitos das Pessoas com Deficiência do Estado de São Paulo; 2010

NELSON, Cary; TREICHLER, Paula.A; GROSSBERG, Lawrence. Estudos culturais: uma introdução. In: Silva Tomaz Tadeu. *Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos Estudos Culturais em Educação*. Petrópolis: Vozes; 1995

OLEGARIO, Margareth de oliveira. *Narrativas dos jovens com deficiência visual sobre os filmes com audiodescrição*. 2015. Rio de Janeiro Dissertação (Mestrado). Universidade federal do estado do Rio de Janeiro. 2015

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes; 2000

YÚDICE, George. *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*. Belo Horizonte: UFMG; 2006

SITES

ROMEU FILHO, Paulo. Blog da Audiodescrição. Disponível em: <http://www.blogdaaudiodescricao.com.br/2010/05/depoimentos-de-quem-assistiu-um.html> (Acessado em 10/01/2013)

Blog do Diniz. Audiodescrição: recurso fundamental de aprendizagem. Disponível em: <http://www.leondeniz.com/2012/04/16/audiodescricao-recurso-fundamental-de-acessibilidade/> (acessado em 30/01/2013)

MOTTA, Livia Maria Vilella de Mello. Ver com Palavras. Disponível em: www.vercompalavras.com.br (acessado em 13/01/2013)

MOTTA, Livia Maria Vilella de Mello. Primeira sessão de “Ensina-me a viver” com audiodescrição emociona pessoas com deficiência visual. Disponível em: www.vercompalavras.com.br/blog/?p=173 (acessado em 24/02/2013)

Grupo de Estudos Tradução, Mídia e Audiodescrição. Disponível em: www.tramad.com.br

Recebido em 11/07/2016

Aprovado em 13/10/2016